

# O Ensino de Antropologia na formação de Professores de Ciências Sociais<sup>1</sup>

*Amurabi Oliveira<sup>2</sup>*

## **Resumo**

O presente artigo debate o lugar do ensino de Antropologia junto às licenciaturas em Ciências Sociais, o que é realizado remetendo tanto à tradição intelectual destas ciências, que articulam a Antropologia com a Sociologia e a Ciência Política, quanto ao contexto atual e aos desafios postos, principalmente com a reintrodução da Sociologia no Ensino Médio. É realizada uma análise do ensino de Antropologia a partir dos Projetos Pedagógicos de Cursos de algumas licenciaturas em Ciências Sociais, tendo sido selecionadas aquelas na região Nordeste criadas após a reintrodução da Sociologia na Escolas.

**Palavras-Chave:** Ensino de Antropologia; Antropologia da Educação; Professores de Ciências Sociais.

## The Teaching Anthropology in the formation of Social Sciences Teachers

### **Abstract**

This article discusses the place of teaching Anthropology in teacher training courses in Social Sciences, which is conducted by referring to both the intellectual tradition of these sciences, that link anthropology with sociology and political science, as the current context and the challenges posed, especially with the reintroduction of Sociology in high school. It is performed an analysis of teaching Anthropology from the Pedagogical Project Courses some of Social Sciences courses and were selected those in the Northeast created after the reintroduction of sociology at schools.

**Key Words:** Teaching Anthropology; Anthropology of Education; Teachers of Social Sciences.

### **Introdução**

Discutir o Ensino de Antropologia no Brasil nos remete a uma história que se principia no século passado, quando essa disciplina surgiu como cátedra de Antropologia Pedagógica nos cursos de formação de professores nas chamadas Escolas Normais<sup>3</sup> (OLIVEIRA, 2013d), o que antecedeu a

---

1 Trabalho apresentado na Mesa Redonda “O Lugar da Antropologia na Formação Docente” durante a V Reunião Equatorial de Antropologia/XIV Reunião de Antropólogos do Norte e Nordeste, coordenada pela professora Neusa Gusmão.

<sup>2</sup> Licenciado e Mestre em Ciências Sociais (UFCG), Doutor em Sociologia (UFPE), Professor do Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

<sup>3</sup> Até o advento dos cursos de formação de professores em nível superior ao final dos anos de 1930 eram as Escolas Normas as instituições que exclusivamente se responsabilizavam pela formação docente, sendo cursos de nível Médio que surgem no Brasil ainda no século XIX, passando por profundas transformações nas primeiras décadas do século XX e por uma crise nas suas últimas décadas, principalmente com a obrigatoriedade da Licenciatura

criação dos cursos de Ciências Sociais que só surgiram na década de 1930<sup>4</sup>, inaugurando uma tradição intelectual que perdura até hoje na qual a formação em nível de graduação na área de Antropologia passa a se realizar principalmente junto a tais cursos, articulando-se com a Sociologia e a Ciência Política. Ainda que devamos reconhecer que a divisão disciplinar nesse período ainda era incipiente (MICELI, 1989), há de se considerar que a Antropologia surgia enquanto ciência no Ensino Superior já lastreada por um acúmulo de conhecimento que se originara das investigações realizadas, via de regra, por pesquisadores autodidatas nesse campo, como Nina Rodrigues (1862-1906) e Roquette-Pinto (1884-1954) dentre outros, uma das poucas exceções nas primeiras décadas do século XX foi Gilberto Freyre que realizara estudos de pós-graduação na Universidade de Colúmbia nos Estados Unidos, ainda que em História Social, porém também realizando cursos de Sociologia e de Antropologia (PALLARES-BURKE, 2005).

Ainda que não se possa afirmar que a questão do Ensino fora prioritária para os cursos de Ciências Sociais, é inegável que ela sempre foi relevante, na medida em que o surgimento e expansão desses cursos acompanhou o desenvolvimento concomitante do sistema de ensino, tanto no que diz respeito à Educação Básica, quanto ao Ensino Superior.

No atual momento, com a reintrodução da Sociologia na Educação Básica, faz-se mais que necessário o desenvolvimento de uma reflexão sobre qual o processo de formação docente nas Ciências Sociais, dando destaque à especificidade que envolve o Ensino de Antropologia nessa formação. De tal modo que minha reflexão gira em torno de uma problematização acerca do lugar da Antropologia na formação docente no campo das Ciências Sociais.

Na primeira parte do texto buscarei recuperar um pouco a memória da formação docente nas Ciências Sociais, refletindo sobre o lugar da Antropologia neste espaço, depois trarei uma análise acerca do cenário atual a partir dos Projetos Pedagógicos de Curso de algumas licenciaturas em Ciências Sociais que surgiram no Nordeste do Brasil depois da reintrodução da Sociologia na Escola, encerrando com algumas considerações sobre quais são os desafios que se colocam no cenário atual.

### **Uma Breve Digressão sobre o Ensino de Antropologia no Brasil**

Como já fora pontuado, desde o primeiro curso de Ciências Sociais criado no Brasil, que foi

---

realizada em curso de nível superior como requisito para os docentes em todos os níveis de ensino da Educação Básica.

<sup>4</sup> Os primeiros cursos criados foram junto à Escola Paulista de Sociologia e Ciência Política (1933), Universidade de São Paulo (1934) e Universidade do Distrito Federal (1935).

na Escola Livre de Sociologia e Política em 1933, pode-se perceber uma presença incisiva das disciplinas de Antropologia, ainda que no currículo oficialmente só constasse uma única disciplina com a denominação de Antropologia Cultural, que estava alocada no primeiro semestre do segundo ano de formação, na qual os alunos teriam como conteúdos “Introdução à Antropologia, Antropologia Física, Etnologia, Antropologia Social, Etnologia Brasileira e Teorias Antropológicas”. No entanto, como atesta o depoimento de uma das egressas das primeiras turmas: **“As disciplinas de antropologia eram mais fortes.** Líamos a escola funcionalista, Radcliffe-Brown, tínhamos Antropologia Cultural, dada pelo Octávio Eduardo da Costa, e também havia toda a parte da antropologia física, que eu também não sei mais como é que se chama hoje em dia. (FARKAS, 2009, p. 193 [grifo meu])”, esta presença também se repetia nos demais cursos que foram surgindo em seguida, primeiramente no sudeste, e que posteriormente se difundiram em outras regiões do país.

O desenvolvimento específico da Antropologia nesse período é digno de nota, tendo em vista que ainda em 1948 o então Ministro da Educação e Saúde Pública designou uma comissão integrada por Álvaro Fróes da Fonseca (1890-988), Edgard Roquette Pinto, Arthur Ramos (1903-1949) e Heloisa Alberto Torres (1895-1977) para organizarem o “Primeiro Congresso Brasileiro de Antropologia”, tendo ocorrido a primeira reunião em 1953 no Museu Nacional, todavia apenas em julho de 1955 durante a 2ª Reunião Brasileira de Antropologia é que é fundada oficialmente a Associação Brasileira de Antropologia.

Nesse período de constituição, o diálogo principal da Antropologia se deu com a Sociologia, que se realizou não sem sobressaltos ou perdas de outros diálogos que poderiam ter sido igualmente relevantes (MAGGIE, 2006). Isto foi se realizando tendo em vista ainda o deslizamento em termos de pesquisa de uma “alteridade radical”, principalmente até os anos de 1950, a uma “alteridade mínima”, a partir dos anos de 1980, sobretudo (PEIRANO, 2006).

Essas aproximações disciplinares, bem como esses deslizamentos imprimiram marcas no ensino dessa ciência e no lugar que ela viria a ocupar nas formações em Ciências Sociais, incluindo aí a formação docente dentro de tais cursos.

Marcadamente o lugar da Antropologia nos cursos de Ciências Sociais se constrói em torno de uma reflexão sobre a alteridade, de tal modo que se pode inferir que sua contribuição para a formação de professores que atuariam na Educação Básica, ainda que não houvesse nesse momento uma disciplina específica das Ciências Sociais no currículo escolar, se daria não apenas em termos de conteúdos a serem lecionados, mas também da capacidade dessa disciplina de impactar o docente na sua prática pedagógica. Nesse sentido, confluem com algumas questões já apontadas anteriormente por Dauster (2007, p. 14):

Sem dúvida, sempre julguei esta démarche enriquecedora para o pesquisador da área da educação. Ao mesmo tempo acreditei que o professor, em qualquer nível, na sua prática de ensino lucraria com o conhecimento da abordagem antropológica, pois passaria a olhar seu alunado com outras lentes, apto que estaria a analisar a heterogeneidade e a diversidade socioculturais em uma sala de aula. Por outro lado, tinha como hipótese que os conhecimentos antropológicos permitiriam que o professor desenvolvesse uma visão crítica face às possíveis posturas etnocêntricas que, por vezes, o levariam a considerar as diferenças de estilos e de histórias de vida dos estudantes como manifestação de circunstâncias de inferioridade, incapacidade ou “privação cultural”.

Sem embargo, deve-se ter em vista o complexo diálogo que tem sido elaborado entre a Antropologia e a Educação no Brasil (GUSMÃO, 1997), que em termos institucionais é marcado por um lado, pelo maior incremento da Antropologia em termos de pesquisa, consolidando-se com o advento das pós-graduações dentro do modelo que as conhecemos hoje a partir do final dos anos de 1960, por outro, um afastamento cada vez mais acentuado da Antropologia do debate educacional, o que pode ser compreendido tendo em vista as transformações vivenciadas no campo acadêmico, destacando-se a criação das Faculdades de Educação nesse mesmo período que passam a concentrar a discussão sobre a formação docente no Brasil (OLIVEIRA, 2012), bem como a perduração da ausência das Ciências Sociais de forma disciplinar do currículo do Ensino Médio.

Acredito que essa situação tende a perdurar até ao menos meados dos anos de 1980, a partir de então acredito que há mudanças significativas que passam a alterar sensivelmente o cenário no que diz respeito ao ensino de Antropologia e ao diálogo dessa ciência com a Educação, dentre as quais destacaria duas: a) o processo de redemocratização e o advento da nova constituição federal abriram novos horizontes para as populações indígenas brasileiras, que sempre tiveram uma especial atenção por parte de nossos antropólogos no que diz respeito à pesquisa, o que incluiu o direito a uma educação diferenciada, o que fora reforçado posteriormente pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (lei nº 9.394/96), especialmente em seu artigo número 78 que assegura a oferta de educação bilíngue e intercultural para os povos indígenas; b) ocorreu nesse período a produção de uma mobilização em torno do regresso da Sociologia para o currículo da Educação Básica, o que é capitaneado num primeiro momento principalmente por entidades profissionais (MORAES, 2011).

**Os Desafios para o Ensino de Antropologia junto à Formação de Professores de Ciências Sociais Hoje.**

Com o processo de reintrodução da Sociologia no currículo escolar em nível nacional a partir de 2008, os cursos de Ciências Sociais se colocaram diante do enorme desafio de repensar seus modelos formativos, tendo em vista que a formação docente que fora historicamente algo menor dentro desses cursos (MORAES, 2003), passa agora a ocupar um lugar de destaque.

A formação do professor de Sociologia se dará, portanto, junto aos cursos de Licenciatura em Ciências Sociais, que conforme suas diretrizes curriculares nacionais, eles devem proporcionar a seus egressos uma sólida formação teórico-metodológica em torno dos eixos que formam a identidade do curso: Antropologia, Ciência Política e Sociologia (BRASIL, 2001). Esta questão tem um impacto direto na realidade da Sociologia no Ensino Médio, de tal modo que o que se espera é que ela possa ser, em verdade, uma disciplina que abarque a pluralidade das Ciências Sociais, não possuindo um caráter exclusivamente sociológico, isso estava mais evidente nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio de 1999, que apontava para a existência de “Conhecimentos de Sociologia, Antropologia e Política”, ainda que possamos tecer uma série de críticas a sua elaboração (OLIVEIRA, 2013c).

O fato é que nos cursos de Ciências Sociais forma-se também professores, e estes atuarão nas escolas ensinando os conhecimentos antropológicos apreendidos ao longo de sua graduação, mobilizando, portanto, autores e conceitos dessa ciência, em articulação com a Sociologia e a Ciência Política. Notadamente nesse processo a Cultura assume centralidade nessa discussão, o que se reflete nas diretrizes estaduais para o Ensino de Sociologia, bem como nos livros didáticos que vêm sendo produzidos nessa área, ainda que se possa problematizar em que medida de fato essa articulação ocorre, pois como indica Meucci (2013, p. 80) ao analisar os livros de Sociologia submetidos à edição de 2012 do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD):

[...] nos livros didáticos de sociologia, ainda que não estejam ausentes, estão muito precariamente sintetizadas as contribuições das áreas de **ciência política** e **antropologia**. (...)

A contribuição da **antropologia**, por sua vez, se apresenta na definição da cultura e nos temas relativos ao etnocentrismo e diversidade cultural. Entretanto, a contribuição mais fecunda da área que é provocar a desnaturalização da vida social do aluno, rigorosamente não é acionada. Prova disso é que excertos de etnografias estão completamente ausentes das páginas dos livros, como também uma reflexão mais consistente sobre a alteridade. Vemos apenas prescritivas recomendações de zelo e respeito à diversidade cultural sem querer demonstrar os impasses constitutivos da atitude de entender e respeitar 'o outro'. (grifos da autora).

E mesmo se considerarmos os livros que foram aprovados pela comissão avaliadora encontramos pontos bastante problemáticos no que diz respeito ao ensino dos conceitos

antropológicos, pois:

No Ensino Médio, na busca pela construção de um conhecimento que rompa com as elaborações dadas no senso comum devemos destacar que a Cultura vai para além de uma “herança social”, ou mesmo de um conjunto de crenças, costumes, ritos etc. Ela é o que anima as práticas sociais, que permite que nós enxerguemos o mundo. O que observamos nos livros didáticos analisados é, por um lado, uma reificação do conceito de Cultura, por outro, uma redução da Antropologia ao debate em torno deste conceito, além de ocupar uma posição menor dentro das discussões articuladas neste artefato cultural.

Apesar de reconhecermos que os livros didáticos nunca são reproduzidos integralmente e perfeitamente em sala de aula, voltamos a argumentar que na realidade brasileira eles são centrais, e no caso específico do Ensino de Sociologia isso toma uma proporção ainda maior, dada a ausência de um currículo nacional comum e reduzido número de professores com formação na área, e isso torna a análise aqui empreendida de suma importância para compreendermos a realidade do Ensino de Sociologia no Ensino Médio.

Fica-nos evidente ao final do exame empreendido que os livros didáticos selecionados não cumprem satisfatoriamente os critérios estabelecidos pelo PNLD no que diz respeito a uma presença equitativa das Ciências Sociais, e neste sentido o lugar da Antropologia ainda é marginal no Ensino Médio, o que reflete o fato de que a temática da Educação de uma maneira geral ainda é pouco explorada pela Antropologia brasileira (GUSMÃO, 1997), além da incipiência do debate sobre o real significado do Ensino de Sociologia na escola. (OLIVEIRA, 2013a, p. 18-19).

Mas este é apenas um aspecto, e que tem sofrido alterações sensíveis nos últimos anos, dada a melhoria qualitativa dos livros didáticos produzidos, o que pode ser atestada pelo maior número de livros de Sociologia aprovados no edital do PNLD de 2015, destacando-se o fato de que há nessa nova seara de livros alguns que dão maior destaque à contribuição da Antropologia para o ensino de Sociologia na escola.

Talvez o que se coloca como uma questão mais urgente nesse debate seja o que diz respeito aos modelos de formação de professores de Ciências Sociais, e o lugar que a Antropologia ocupa nesse arranjo, pois, o que encontramos recorrentemente é a replicação de modelos assentados largamente no bacharelado, que não propicia uma reflexão mais aprofundada sobre a especificidade da escola, tampouco sobre como pensar o ensino de Antropologia nesse contexto.

Para um exame mais detalhado das questões que estão sendo postas aqui, passarei no tópico seguinte a analisar os PPC das licenciaturas presenciais criadas no Nordeste do Brasil após a reintrodução da Sociologia no currículo escolar.

## **O Lugar da Antropologia na Formação de Professores de Ciências Sociais**

Os PPC aqui analisados referem-se aos das seguintes universidades: Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC (2008), Universidade Federal da Paraíba – UFPB (2009), Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF (2011), Universidade Federal de Campina Grande – UFCG<sup>5</sup> (2012), Universidade do Estado da Bahia – UNEB (2013), Universidade de Pernambuco (2013), Universidade Estadual do Piauí – UESP (2013).

Apesar de haver outros cursos mais antigos, acredito que aqueles criados após a reintrodução da Sociologia no currículo escolar trazem um ponto de vista privilegiado para analisar a relação entre a Antropologia e a formação docente nas Ciências Sociais, tendo em vista que eles indicam nos seus respectivos PPC a reintrodução dessa disciplina na escola como uma das justificativas para a criação do curso, não à toa, três dos cinco cursos aqui analisados oferecem apenas a habilitação da licenciatura para seus egressos<sup>6</sup>.

Se considerarmos apenas as disciplinas de Antropologia que são obrigatórias para a licenciatura em Ciências Sociais, temos os seguintes cenários em cada uma das universidades: UESC: Antropologia I, II, III, IV; UFCG: Introdução à Antropologia, Teoria Antropológica I e II, Antropologia Brasileira; UFPB: Fundamentos do Pensamento Antropológico I, Fundamentos do Pensamento Antropológico II, Antropologia e Mudança, Antropologia Contemporânea, Antropologia no Brasil; UNIVASF: Teoria Antropológica I, Teoria Antropológica II, Teoria Antropológica III; UNEB: Fundamento de Antropologia, Antropologia Clássica, Antropologia Contemporânea, Antropologia Brasileira; UPE: Fundamentos da Antropologia, Teoria antropológica clássica, Teoria antropológica contemporânea; UESPI: Antropologia I, II, III.

Como podemos observar, apesar da multiplicidade de denominações existentes há um modelo relativamente estável de formação antropológica ofertada nesses cursos, que em grande medida replica o que existe nos demais centros de referência na produção do conhecimento em Ciências Sociais no Brasil.

O modelo mais recorrente centra-se na oferta de 3 a 4 disciplinas obrigatórias de Antropologia, normalmente uma de caráter mais introdutório que se propõe a apresentar os fundamentos do pensamento antropológico. Nessas disciplinas introdutórias podemos encontrar uma maior confluência em termos de obras e autores utilizados, o que pode indicar que houve a construção de um determinado “consenso” em torno de trabalhos introdutórios nessa área, livros como *Relativizando: uma introdução à antropologia social*, do que Roberto DaMatta, *Cultura: um*

---

5 Refere-se ao curso criado no Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido na cidade de Sumé, já que a Universidade possui outro curso na cidade de Campina Grande criado ainda nos anos de 1960.

6 Apenas a UNIVASF e a UFPB ofertam também cursos de bacharelado, no caso dessa última a criação do bacharelado se deu ainda nos anos de 1990 e da pós-graduação no final dos anos de 1970.

*conceito antropológico*, de Laraira, e *Aprender Antropologia*, de Laplantine, surgem recorrentemente como trabalhos indicados na bibliografia mínima desses cursos, o que aponta desde já para nossa tradição intelectual em torno de uma antropologia social e cultural, notemos ainda que esses são todos trabalhos escritos nos anos de 1980, publicados respectivamente em 1981, 1986, 1987, o que chama a atenção para o fato de não terem surgidos novos trabalhos introdutórios que se popularizassem nos cursos de Ciências Sociais nessas últimas três décadas, que possibilitassem a atualização o debate acerca das novas questões que emergem na Antropologia contemporânea, estes são inclusive amplamente utilizado no Ensino de Antropologia em outros cursos, principalmente dos dois primeiros (SARTORI, 2010). Deve-se dar relevo ao fato de que o texto do Laplantine originalmente não possui “Aprender” em seu título, de tal modo que podemos perceber aí uma estratégia do mercado editorial para reforçar seu caráter de livro introdutório, que poderia ser amplamente utilizado inclusive em cursos fora das Ciências Sociais.

As disciplinas que se seguem buscam apresentar ao aluno as teorias clássicas, bem como as contemporâneas. No que tange às teorias clássicas existe uma maior convergência, havendo indicações precisas a partir de escolas de pensamento, sobretudo o evolucionismo e o culturalismo americano estão claramente alocados nessas disciplinas, já no que diz respeito às teorias contemporâneas há uma maior divergência, por exemplo, ainda que predominantemente o estruturalismo esteja alocado nas disciplinas dedicadas à antropologia clássica, em alguns casos ele é compreendido como antropologia contemporânea, ao que parece uma das saídas encontradas é a opção por indicarem majoritariamente nos PPC temas e não escolas de pensamento, de tal modo que a ementa permanece mais em aberto, possibilitando assim abarcar uma maior pluralidade de autores e obras.

Também se mostra recorrente o debate em torno da Antropologia Brasileira, o que aponta para a relevância de levar ao conhecimento dos graduandos uma discussão mais apurada sobre a realidade social na qual estão inseridos. Ainda que haja um forte direcionamento para as produções clássicas na Antropologia Brasileira, abre-se também espaço para o debate contemporâneo, ainda que diminuto em termos comparativos com a produção do começo do século XX.

Aparentemente há um sólido debate teórico em Antropologia, porém pouco se discute sobre os procedimentos metodológicos próprios dessa ciência, ainda que se deva reconhecer que toda discussão teórica também implica em algum grau numa discussão metodológica, principalmente quando se trata da análise de trabalhos etnográficos. Normalmente a discussão sobre os fundamentos da pesquisa etnográfica, ao menos de forma mais sistematizada, acaba se dissolvendo no debate mais amplo sobre as metodologias qualitativas da pesquisa em Ciências Sociais e na apresentação sobre

como o trabalho de campo é inaugurado nesta ciência.

Ademais, vale salientar que a discussão metodológica em Antropologia encontra-se substancialmente apartada das questões educacionais presentes na formação docente, na prática isso em implica em dizer que há, mesmo nos novos PPC e ainda que se tratando de cursos que ofertam exclusivamente a licenciatura, uma persistência do modelo “3+1”, uma vez que as disciplinas oriundas das ciências de referência pouco dialogam com as chamadas “pedagógicas” (DINIZ PEREIRA, 1999).

Acredito que no que diz respeito à prática etnográfica, especialmente, mas não exclusivamente, poderia haver uma melhor articulação com a discussão própria sobre a Licenciatura em Ciências Sociais, tendo em vista que ela pode contribuir para esta formação principalmente em dois sentidos no meu entender:

[...] a) na produção do conhecimento por meio da pesquisa educacional, lançando novos olhares e ampliando as possibilidades metodológicas utilizadas nesse campo; b) na formação docente, compreendendo a etnografia como um elemento de constituição do professor, levando-o a conhecer mais enfaticamente a realidade dos agentes com os quais ele convive em sua prática profissional, atual ou futura. (OLIVEIRA, 2014a, p. 27).

O distanciamento com relação às potencialidades da prática da etnografia na formação docente se aprofunda ainda mais ao considerarmos que, como aponta a pesquisa de Barbosa (2011), normalmente os cursos de Ciências Sociais concentram-se no estudo teórico da etnografia, relegando sua prática aos momentos finais do curso quando o aluno recorre a esta ferramenta para desenvolver seu trabalho final de curso.

No entanto, seria um equívoco pensarmos que a discussão antropológica se restringe a essas disciplinas, pois, como já apontei, há também uma discussão presente nas disciplinas que debatem a pesquisa, especialmente no que tange à pesquisa qualitativa. Em alguns casos como na UFCG, UNEB, observa-se a existência de disciplinas que procuram articular a pesquisa e prática pedagógica.

Chamo a atenção ainda da existência de disciplinas obrigatórias como “História e Cultura Afro-Brasileira” presente nos PPC da UFCG, UNIVASF, UNEB, “Antropologia da Cultura Negra e Indígena” na UESP, além de “Relações Étnico-Raciais” e “Educação Indígena” na UNEB.

Claramente tais disciplinas são espaços de circulação de conhecimento antropológico produzido e acumulado nas últimas décadas pela Antropologia Brasileira, e sua existência responde às demandas colocadas pela legislação educacional que têm apontado para esta direção, com destaque para as leis 10.639/03 e 11.645/08, e pelas políticas públicas voltadas para a diversidade cultural que

têm emergido nos últimos anos, que vêm sendo articuladas principalmente pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI).

Em que pese a relevância das questões postas a partir da “História e Cultura Afro-Brasileira”, fica evidente que determinados temas voltados para uma discussão mais apurada sobre diversidade na formação docente são privilegiados em detrimento de outros, o que reflete a capacidade de determinados agentes sociais mobilizarem a agenda das políticas públicas.

Por fim, mas não menos relevante, chamo a atenção para um fenômeno: a maior parte desses PPC apresentaram uma disciplina obrigatória denominada “Sociologia da Educação” ou “Sociologia e Educação”, à exceção da UNEB e UNIVASF, todavia algo similar que procurasse produzir algum diálogo entre a Antropologia e a Educação não foi encontrado em nenhum PPC, o que reflete o lugar periférico que a Educação ocupa na agenda de pesquisa da Antropologia Brasileira (OLIVEIRA, 2015), e ao me voltar para o conjunto de disciplinas optativas existentes, apenas a UFPB indica essa possibilidade, ainda assim, trata-se de uma orientação geral existente na universidade para todas as licenciaturas, e podemos mesmo questionar em que medida o conteúdo proposto de fato contribui para a construção de um diálogo entre a Antropologia e a Educação, tendo em vista a seguinte ementa:

O fenômeno – educação dentro da cultura humana. As manifestações educacionais e as manifestações culturais. A escola como organização cultural complexa. Os elementos do processo educativo primário: a família, a escola, o Estado. O pensamento educacional no ocidente Platão e o Estado; e oriente: Rousseau e o homem natural; Dewey e a inteligência funcional; Pitágoras e Hermes Trimegisto Gurd Jieff e Castanêda.

Podemos observar nesse caso duas questões: a primeira é a persistência de certa “divisão de tarefas”, na qual os departamentos de Ciências Sociais, especialmente no campo da Antropologia, não se apropriam do debate educacional, o que fica evidente na medida em que essa é uma disciplina ofertada pelo Centro de Educação da UFPB; a segunda é a falta de compreensão sobre do que se trata o campo da Antropologia da Educação, tendo em vista que a discussão apresentada dista substancialmente daquela que vem sendo desenvolvida pela Antropologia Social e Cultural.

Essa ainda incipiente aproximação entre a Antropologia e a Educação se coloca como um dos desafios para pensarmos o ensino de tal ciência na Educação Básica, tendo em vista que se considerarmos que o currículo transparece as relações de poder que se estabelecem dentro de um campo do saber, podemos inferir que a ausência de uma “Antropologia da Educação” nas licenciaturas em Ciências Sociais como disciplina obrigatória aponta para um maior distanciamento

dos antropólogos em relação ao debate educacional, e, por consequência, à formação docente, mesmo no campo específico das Ciências Sociais. No entanto, como pontua Neusa Gusmão em entrevista recente (OLIVEIRA, 2013b, p. 154):

Defendo, ainda, que em razão do aparato teórico e prático da Antropologia, por sua história, antropólogos e a Antropologia podem resgatar diferentes dimensões dos processos educativos dentro e fora da escola a partir do campo educacional, de modo crítico e competente. Tal perspectiva envolve o campo tensional de formação dos sujeitos, de pessoas, e mesmo da nação, entendendo essas relações como inerentes ao campo histórico e político das relações entre os homens, condição necessária para pensar a cultura como processo e campo político por excelência. Aqui a Antropologia, caso assuma a educação como objeto legítimo de seu olhar, quando o fazer, terá muito a dizer, vencendo seus próprios limites.

Confluo com a opinião de Neusa Gusmão e acredito que há uma fundamental contribuição da Antropologia para o campo da educação de modo geral, além das questões particulares do caso da formação de professores de Ciências Sociais, uma vez que estes poderão se utilizar das ferramentas teóricas e metodológicas da Antropologia para atuarem em sala de aula.

O que defendo aqui é uma articulação entre os referenciais teóricos e metodológicos da Antropologia e a prática docente, afinal, se a finalidade das Ciências Sociais na Educação Básica é estranhar e desnaturalizar o mundo social, penso que a contribuição singular da Antropologia nesse âmbito e dá por meio ao questionamento do etnocentrismo. Nesse sentido penso que a etnografia como pesquisa e ao mesmo tempo como prática pedagógica é fundamental, pois como aponta Geertz (2001), ainda que seu uso seja auxiliar, é ela a grande inimiga do etnocentrismo.

## **Considerações Finais**

No decorrer desse breve trabalho busquei problematizar o lugar da Antropologia na formação de professores de Ciências Sociais, ainda que haja pontos que precisariam ser mais profundamente discutidos, mas que demandariam mais espaço, como o fato de termos uma disciplina denominada Sociologia no currículo do Ensino Médio, e ainda que possamos afirmar que por meio dela as demais Ciências Sociais se fazem presente, me parece ao menos paradoxal que no momento que observamos uma maior autonomização da Antropologia, Ciência Política e Sociologia no Ensino Superior, com a criação tanto de cursos de graduação quanto de pós-graduação disciplinares, ainda que esses últimos sejam mais recorrentes, haja ainda uma parca divisão disciplinar na Educação Básica, com isso tenho

a impressão que da mesma forma que a Antropologia fora uma costela da Sociologia nas primeiras décadas do século XX no Ensino Superior, como indica Peirano (2000), essa situação se replica agora na Educação Básica.

A Antropologia constitui um dos eixos centrais da formação dos licenciados em Ciências Sociais, que por sua vez irão ensinar Sociologia nas escolas, porém ao que me parece, os modelos formativos precisam ser profundamente repensados, reforçando o diálogo entre as ciências de referência e a educação, de tal modo que no caso específico da Antropologia possamos pensar numa contribuição para a formação docente em Ciências Sociais que vá para além do ensino de teorias clássicas contemporâneas, que se estabeleça uma real articulação entre a prática de pesquisa etnográfica e a prática pedagógica. Um *locus* privilegiado para isso pode ser os próprios estágios supervisionados, já que constituem um espaço propício para o desenvolvimento de pesquisas na Educação Básica (OLIVEIRA, 2014b), sendo assim poderíamos vislumbrar um modelo formativo no qual o estágio fosse articulado com a etnografia escolar.

Por fim há de se enfatizar que a discussão sobre a formação docente não deve se restringir às “disciplinas pedagógicas”, afinal a existência de uma disciplina como “Antropologia da Educação” não poderia concentrar toda a interface possível entre a Antropologia e a formação docente, o ensino de Teoria Antropológica, bem como de Antropologia brasileira também deve ser pensado como um espaço para a formação docente, de tal modo que se fomente uma discussão sobre como transformar esse conhecimento acadêmico em conhecimento escolar, e em como esse saber pode transformar a prática docente.

## Referências

BARBOSA, Talita Prado. *Entre o Fazer e o Ensinar Antropologia: a graduação em ciências sociais no estado de São Paulo*. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de São Paulo, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília.

BRASIL. Parecer CNE/CES nº 492/2001. Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. *Diário Oficial da União*, Brasília, 9 de julho de 2001.

DAUSTER, Tânia. Um saber de fronteira – entre a antropologia e a educação. In: DAUSTER, Tânia. (org.) *Antropologia e educação: um saber de fronteira*. Rio de Janeiro: Forma & Ação, 2007. p. 13-35.

DINIZ PEREIRA, Júlio Emílio. As licenciaturas e as novas políticas educacionais para a formação docente. *Educ. Soc.* vol.20, no.68, p.109-125. 1999.

FARKAS, Melanie. O ingresso na escola de sociologia. In: KANTOR, Iris; MACIEL, Débora A.; SIMÕES, Júlio Assis (orgs.). *A Escola Livre de Sociologia e Política: anos de formação 1933-1953: depoimentos*. São Paulo: Sociologia e Política, 2009. p. 191-198.

GEERTZ, Clifford. *Nova luz sobre a antropologia*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001

GUSMÃO, Neusa Maria M. Antropologia e educação: origens de um diálogo. *Cadernos CEDES*, v. 18, nº 43, p. 8-25, 1997.

MAGGIE, Yvonne. Por que gostamos tanto do curso de ciências sociais?. In: GROSI, Miriam; TASSINARI, Antonella; RIAL, Carmen (orgs.) *Ensino de Antropologia no Brasil: formação, práticas disciplinares e além-fronteiras*. Blumenau: Nova Letra, 2006. p. 259-280.

MEUCCI, Simone. Notas para um balanço crítico da produção recente de livros didáticos de sociologia no Brasil. In: OLIVEIRA, Luiz Fernandes. (Org.). *Ensino da sociologia: desafios teóricos e pedagógicos para as Ciências Sociais*. Seropédica: UFRRJ, 2013, p. 75-80.

MICELI, Sergio. Condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais. In: MICELI, Sergio. (Org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Editora Vértice/IDESP/FINEP, 1989. p. 72-110.

MORAES, Amaury Cesar. Ensino de Sociologia: periodização e campanha pela obrigatoriedade. *Cadernos CEDES*, v. 31, p. 359-382, 2011.

\_\_\_\_\_. Licenciatura em ciências sociais e ensino de sociologia: entre o balanço e o relato. *Tempo Social*, São Paulo - SP, v. 15, n.1, p. 05-20, 2003.

OLIVEIRA, Amurabi. A Antropologia e a formação de professores. *Revista Cocar*, v. 8, n. 15, p. 23-30, 2014a.

\_\_\_\_\_. A Antropologia no Ensino Médio: uma análise a partir dos livros didáticos. *Cadernos de Estudos Sociais*, v. 1 e 2, n. 28, p. 1-25, 2013a.

\_\_\_\_\_. Antropologia e Antropólogos, Educação e Educadores: O lugar do ensino de Antropologia na formação docente. *Percursos*, v. 13, n 1, p. 120-132, 2012.

\_\_\_\_\_. Antropologia e/da Educação no Brasil: entrevista com Neusa Gusmão. *Cadernos de Campo*, v. 22, n. 22, p. 147-160, 2013b.

\_\_\_\_\_. Desafios e Singularidades do Estágio Supervisionado na Formação de Professores de Ciências Sociais. *Teoria e Prática da Educação*, v. 24, n. 47, p. 195-216, 2014b.

\_\_\_\_\_. O Currículo de Sociologia na Escola: um campo em construção (e disputa). *Revista Espaço do Currículo*, v. 6, n. 2, p. 355-366, 2013c.

\_\_\_\_\_. O lugar da antropologia na formação docente: um olhar a partir das escolas normais. *Proposições*, vol 24, nº 2, 2013d.

\_\_\_\_\_. Sobre o Lugar da Educação na Antropologia Brasileira. *Temas em Educação*, v. 24, n. 1, p. 40-50, 2015.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. *Gilberto Freyre – um vitoriano nos trópicos*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

PEIRANO, Mariza. A antropologia como ciência social no Brasil. *Etnográfica*, v. 4, n2, p. 219-232, 2000.

\_\_\_\_\_. *A Teoria Vivida: e outros ensaios de antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

SARTORI, Ari. *A experiência como mediadora no ensino da antropologia para quem não vai ser antropólogo*. 2010. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis.